

Percursos da violência pós-guerra em El Salvador: uma introdução

Sílvia Roque

Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia

2009

*Programa de Doutoramento Política Internacional e Resolução de
Conflitos, Nº 3, 2009.*

<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n3/ensaios.php>

1. Introdução

A preocupação mais comum durante o que se convencionou chamar períodos de pós-guerra é a de garantir que o conflito armado não recomece. No entanto, e como nos mostra o caso de El Salvador, existem outras preocupações a ter em conta. Nas últimas décadas, o elevado número de homicídios transformou El Salvador num dos países ditos mais perigosos ou inseguros do mundo, tornando-se as maras ou pandilhas¹ o actor mais visível e mais temido desta violência. Apesar de aparentemente desconectada da guerra, a violência associada a estes grupos é vista, muitas vezes, nas suas causas como nos seus sintomas, como meramente criminal.

No entanto, argumento aqui que é necessário entender em que medida as dívidas de guerra estão associados ao surgimento de elevados índices de violência, de que as pandilhas são apenas uma das expressões. Algumas das explicações para esta disseminação da violência encontram-se nas insuficiências e ausências do tipo de políticas de resposta encetadas no final do conflito armado, dedicadas à prevenção da violência de forma mais abrangente.

Por outro lado, se as dívidas da guerra favorecem as condições de desenvolvimento de determinados tipos de violência, não é correcto que estes sejam vistos apenas como um fenómeno resultante ou característico do contexto de pós-guerra; o objectivo é antes enquadrar as continuidades históricas em que a violência é entendida e racionalizada (Hume, 2008: 60), muitas delas com

início muito antes da guerra. Os fundamentos da violência actual em El Salvador encontram-se também na necessidade histórica de construção de um inimigo por parte das elites no poder. Esta é, assim, resultado de processos perenes de legitimação política e social da violência assentes em estratégias e mecanismos de controlo social que contribuem para a manutenção e, até, aumento do grau da violência.

Assim, o contexto de paz actual não deixa de encerrar em si um projecto político violento. Convém, por isso, analisar o conceito de violência e a sua aplicação em contextos de guerra e de paz.

2. Violências: as faces da guerra ... e da paz

A análise da violência e suas diferentes escalas, formas e expressões é central para a compreensão dos conflitos armados e das políticas de resposta e prevenção dos mesmos. No entanto, permanece muitas vezes esquecida, na grande maioria das suas vertentes, nos processos de reconstrução pós-conflito, centrados no nível macro de análise da violência.

Existem inúmeros trabalhos dedicados à análise dos conceitos de violência, suas tipologias e manifestações. Alguns deles procuram fazê-lo considerando contextos de pós-guerra como contextos em que a violência apenas muda de escala, organização e actores (Richards, 1996; Scheper-Hughes e Bourgois, 2004; Hume, 2008; Moura, 2007). A importância deste último grupo de trabalhos

provém do facto de mais do que a probabilidade do confronto militar clássico, ser necessário entender outras expressões da violência que se mantêm, aumentam ou se tornam visíveis em situações de pós-guerra. Até quando podemos falar de “pós” ou deixar de falar de guerra? É necessário identificar relações de legitimação entre violência estrutural, cultural e directa (Pureza e Moura, 2004) que determinam as espirais, cadeias e espelhos de violência (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004).

A diferenciação entre a violência da guerra e a violência da paz tem sido feita em torno de duas componentes fundamentais: a escala da violência e a sua politização, e conseqüente legitimidade. Richards (2005: 4) define a guerra como “uma luta de longo prazo organizada para fins políticos, normalmente, mas não sempre, através da violência”². Se a guerra não implica necessariamente violência, a paz não implica necessariamente a sua ausência, mais ou menos organizada. O que difere, neste caso, é a noção de escala. É neste sentido que apontam as críticas feministas à noção de paz, definindo-a não só em termos da abolição da violência organizada em escala macro-social, como também de violência não organizada, ao nível micro-social (Pureza e Moura, 2004: 161), ou seja, abolição das violências, no plural.

Por outro lado, se em muitos casos a existência de elevados números de homicídios em tempos de paz não é suficiente para falar de guerra, a razão para tal tem a ver com a construção da sua legitimidade. Desta forma, a violência,

apesar da sua larga escala é essencialmente vista como criminal. Deixa-se de falar de violência política para passar a falar de violência social (Moser e Rogers, 2005). No entanto, esta diferenciação parece-me artificial, concordando com a análise que tem vindo a ser desenvolvida sobre a possibilidade de “novíssimas guerras”³. Resultado da obsolescência da guerra no contexto pós Guerra Fria, tem-se remetido para a invisibilidade a manutenção dos factores estruturais, culturais e materiais que justificariam a permanência da guerra, materializando-se, no entanto, em diferentes formas de violência, cujo fim político, entendido como tal, deixou de ser possível.

Esta perspectiva leva-nos a considerar a guerra “tradicional” como um projecto social entre outros (Richards, 2005), igualmente violentos. Daí a necessidade de analisar a violência e suas diferentes escalas, formas e expressões, perspectiva para a qual são centrais os conceitos de violência simbólica⁴ (Bourdieu, 2001), de violência quotidiana (Scheper-Hughes, 1992) ou de interiorização da dominação social (Martín-Baró, 1998: 95) que explicam essencialmente o não reconhecimento das fontes da violência e levam à sua normalização e reificação como uma violência “natural aos pobres e excluídos”.

Este tipo de análise raramente é incluído na literatura sobre políticas de reconstrução pós-bélica, centradas na cessação ou diminuição da violência política e militar, bem como nas limitadas análises de “impacto” baseadas na lógica do “input-ouput”. A análise de contextos de pós-guerra, no âmbito das

Relações Internacionais, tem-se preocupado sobretudo com os efeitos da ajuda internacional nos processos visíveis e formais de “construção ou consolidação da paz” (Anderson, 1999; Doyle e Sambanis, 2000; Collier *et al.*, 2003; Paris, 2004). A análise padronizada, em função das políticas internacionais, não se preocupa, porém, com a transformação social que não seja no sentido da liberalização económica, dirigida à globalização de um modelo particular de governação interna (Paris, 2004).

O predomínio da análise de processos formais e institucionais de dita “reconstrução” ou reorganização do Estado pós-guerra bem como a dos aspectos militares e politicamente organizados da violência leva à subalternização da reflexão sobre a criação de formas alternativas de governação e privatização da segurança (Marten, 2006), sobre a incapacidade das políticas de “normalização” do Estado de responder a questões relativas à impunidade, impossibilitando, assim, a reconciliação (Beristain *et al.*, 1999), ou acerca da perpetuação de modos de actuação autoritários e violentos que legitimam a utilização da violência.

É este princípio dominante de controlo e normalização das periferias (Duffield, 2001), indiferente à necessidade de transformação de estruturas de desigualdade e baseado na repressão, tanto ao nível internacional, como ao nível nacional, que é denominado como projecto de paz violento. Uma paz baseada na desigualdade, na submissão e não na democratização das relações de poder e dos

recursos. Este projecto de paz liberal manifesta-se na manutenção da violência estrutural, que, em alguns casos, como em El Salvador, se expressa em violência directa, criminalizada a partir do momento em que é cooptada pelos descontrolados tráficos globais de armas, drogas e pessoas. É um projecto de paz que separa o que não é separável: políticas de reconstrução pós-bélica e políticas de segurança ao nível nacional, regional e internacional. Este é um projecto de desesperança: nunca a violência será legítima porque já não parece possível ter objectivos políticos.

3. El Salvador: a paz como projecto político violento

Com o final da Guerra Fria e a chegada a um impasse militar pelas partes, terminou o conflito armado salvadorenho que durou doze anos (1980-1992) e foi responsável pela morte de cerca de 80 mil pessoas e deu origem a um fluxo de refugiados na ordem dos 1,5 milhões de pessoas, num país que conta com cerca de 6 milhões de habitantes.

O núcleo duro do pacote pós-conflito, numa forma embrionária, não varia muito do que posteriormente foi sendo implementado como o modelo de reconstrução pós-guerra a adoptar, sobretudo pelas Nações Unidas. Consistiu este modelo: a) num acordo de paz entre as partes no conflito; b) na realização de eleições (1994), com a manutenção dos conservadores no poder até 2009 e ascensão da FNLM (*Frente Nacional de Liberación Farabundo Martí*) como principal partido da oposição; c) na desmilitarização da polícia e sua profissionalização, bem como a

reestruturação do poder judiciário; d) na investigação, limitada, de abusos de direitos humanos, seguida por uma amnistia geral; e) na desmilitarização e desarmamento da FNL; f) no prosseguimento do ajustamento estrutural acordado em 1990-91; g) numa reforma da terra com resultados bastante limitados; h) e na implementação de uma força das Nações Unidas - ONUSAL - para verificar o andamento dos acordos de paz e de algumas das medidas aqui enumeradas (Paris, 2004: 122; Luciak, 1999: 43).

No entanto, foram secundarizados pelas políticas internacionais os efeitos duradouros da guerra como o impacto psicossocial, as consequências nas capacidades de organização e mobilização das sociedades e grupos dentro delas, a recuperação da memória e a reconciliação social com efeitos políticos, bem como o acompanhamento e os efeitos a longo prazo dos conflitos e da violência. A ajuda internacional centrada no silenciamento rápido e indolor do passado esquece, assim, que

Uma catástrofe implica um acontecimento negativo (...) originando um grande número de vítimas e uma desorganização social importante. Esta destruição traz outras consequências que perduram no tempo.⁵ (Beristain et al., 1999:21)

Também secundarizados, pela insistência em considerar El Salvador um caso de sucesso na contenção do conflito armado e na transferência dos conflitos para a via política, ficam as causas fundamentais de mobilização para a guerra: a questão da inclusão e exclusão dos ganhos do desenvolvimento económico e dos

recursos (nomeadamente da distribuição de terras). Na realidade, as políticas económicas pós-conflito contribuíram para a permanência de um país com crescimento positivo, desenvolvimento humano decrescente - embora com melhorias nos finais da década de 90 - bem como de um dos índices de desigualdade mais elevados na América Latina, nomeadamente entre populações urbanas e rurais (Paris, 2004: 125).

Os programas de ajustamento estrutural, iniciados em 1991, levaram, como em outros países, à limitação dos serviços públicos, ao condicionamento das fontes de emprego (Hume, 2004: 4), às privatizações e abertura de mercado, processo que incluiu a agricultura e a entrega progressiva das terras às empresas conhecidas como *maquillas* (zonas francas, de não-direito). Apesar de terem contribuído para o crescimento económico e redução da inflação, os programas não foram acompanhados por políticas de desenvolvimento económico sustentável e inclusivo, fazendo do empobrecimento e da emigração as realidades de grande parte da população salvadorenha. Apesar de melhorias na redução da pobreza e no acesso a educação e saúde, as oportunidades de emprego não parecem melhorar até hoje.

O fenómeno da emigração é responsável pela manutenção e sobrevivência de grande parte dos salvadorenhos. Por ano, migram cerca de 70 mil pessoas e as remessas dos emigrantes são a primeira fonte de divisas no país, sendo portanto

uma das fontes de manutenção de uma certa coesão e demissão do governo, que acaba por beneficiar destes fluxos de pessoas (Revelli, 2004).

O tipo de política pós-conflito padronizado não se preocupa com transformação social que não seja no sentido da liberalização económica, aquilo a Roland Paris chama um *liberal bias* dos processos de construção ou consolidação da paz

As missões de construção ou consolidação da paz não são meros exercícios de gestão de conflitos mas instrumentos de um fenómeno mais vasto: a globalização de um modo particular de governação nacional - a democracia liberal de mercado - a partir do centro para a periferia do sistema internacional.⁶ (Paris, 2002: 638)

Assim, como em muitos outros casos, a política de reconstrução pós-conflito em El Salvador dedicou-se sobretudo a duas funções: ao fim dos confrontos armados existentes através da canalização política dos opositores e à concessão de apoios económicos mediante a liberalização da economia. Segundo Pearce (1998: 601) a condicionalidade para a paz - *peace conditionality* - introduzida em El Salvador pelas instituições internacionais teve duas grandes falhas. Primeiro, a inflexibilidade das instituições no que diz respeito à disciplina fiscal dificultou o arranque do processo de reconstrução, atrasou significativamente a execução e pôs em causa o sucesso dos programas, impedindo a redistribuição de rendimentos. Em segundo lugar, não houve qualquer pressão para mobilizar o governo de El Salvador no sentido da distribuição mais justa dos recursos

internos, nem políticas que garantissem a permanência do investimento estrangeiro.

Os esforços ficaram-se pelas receitas técnicas formuladas no âmbito de um paradigma fechado de estabilização e normalização económica e política. Não se discutem, em geral, conceitos ou modelos de Estado, nem justiça social nem redistribuição económica, nem os objectivos das políticas, uma vez que as estratégias são tidas à partida como intrinsecamente boas. Os casos de sucesso, como foi considerado durante algum tempo, El Salvador, são fracassos económicos, cada vez mais dependentes da ajuda internacional, sem investimento externo acrescido (Woodward, 2004: 4-13) que beneficie grande parte da população.

O novo modelo de governação, pretensamente democrático, acabaria por se fortalecer, não pela reforma política, mas através de uma dissimulação e disseminação de controlo sobre a sociedade; feito, não através do autoritarismo e da força de forma visível, mas da liberalização, da privatização e da partilha de algum poder com a oposição e alguma abertura à sociedade civil. Desaparecem, então, as condições de mobilização para guerra “tradicional” - distribuição de terras, divergências políticas, tomada do poder - e surgiram condições de dispersão da violência, marcada por uma progressiva deslegitimação e criminalização. Podemos afirmar que políticas que

acompanharam as intervenções pós-conflito contribuíram activamente para a reprodução das causas da violência, apesar de expressa de forma distinta.

A violência da guerra e a permanência das violências estruturais transpostas em violência directa tiveram impactos profundos na organização e coesão do tecido social. A experiência de violências cada vez mais micro-localizadas sustenta, porém, uma aparência de inexistência de vivências comuns, dividindo a população entre si, procurando “bodes expiatórios” para colmatar a sensação de insegurança e legitimando a resposta pela via da repressão.

Em El Salvador, as políticas pós-conflito baseadas na amnistia geral aos crimes de guerra, numa política de esquecimento e apagamento da memória histórica e em reformas meramente técnicas da segurança perpetuaram material e simbolicamente uma cultura de impunidade, dificultando o respeito pelos direitos humanos e reparação das vítimas.⁷ Neste contexto, a resistência da violência na sociedade torna-se tão mais grave quanto diminui a resistência da sociedade à violência. A violência penetra profundamente nas relações sociais já profundamente abaladas pelo contexto de crise e de guerra

A desintegração das redes sociais reforçou a existente fragmentação e a polarização socioeconómica da sociedade, e os espaços públicos para a acção colectiva foram reduzidos. A capacidade das comunidades para lidar com o conflito é limitada e a violência tornou-se parte integrante da interacção quotidiana nos bairros.⁸ (Hume, 2004: 5)

A normalização da violência em redes sociais desequilibradas torna-a, assim, uma forma totalmente banal de resolução de conflitos, ansiedades, desesperos. O papel do Estado na relação entre sociedade e violência é de omissão (quanto aos aspectos estruturais) e de repressão (nas suas faces mais visíveis). O autoritarismo e alheamento do Estado reflectem-se numa abordagem violenta da aquisição de poder, perpetuando relações, entre Estado e sociedade e dentro da própria, baseadas, sobretudo, no controlo (migrações, tráficos, criminalização) e no exercício do poder indiscriminado. Ao mesmo tempo que fenómenos de violência institucional e política permanecem, outros fenómenos surgem que fazem da violência colectiva dita não organizada uma ameaça constante às vidas humanas no quotidiano: a crescente criminalidade e a proliferação de armas ligeiras e de gangs urbanos ou os elevados índices de violência doméstica. Em certa medida, acompanhadas por outros factores, estas políticas, ou a ausência delas, permitiram a criação de um grau de tolerância à violência muito elevado na sociedade salvadorenha, tal como existe para o autoritarismo e a repressão.⁹

Podemos afirmar que as causas do conflito organizado poderão permanecer, não tendo este resultado numa transformação positiva da realidade, apenas piorado a incrustação da violência, que já tinha provocado a guerra: “muito se esperava dos acordos de paz (...) realmente constituíam uma base sobre a qual se poderia estabelecer uma democracia e uma paz justa e duradoira, catorze anos depois a realidade é outra”.¹⁰

As falhas da paz são muitas e têm consequências. A impunidade¹¹ e a corrupção; a manutenção de um mercado de armas de segurança e a proliferação de empresas privadas; a desilusão e desesperança na mobilização colectiva; o aprofundamento de um modelo económico que permite a manutenção de altos níveis de desigualdade económica e social.

Mas a falha mais evidente e mais visível é a incapacidade em garantir a protecção física e a sobrevivência da população, o que se traduz numa das mais elevadas taxas de homicídios no mundo¹². No entanto, já antes da guerra, El Salvador apresentava uma das mais elevadas taxas de homicídios da região (Cruz y González, 1997: 1). Esta continuidade na ditadura feroz das estatísticas, no entanto, não nos diz algumas tendências importantes para entender a violência. Primeiro, não nos diz que os homicídios não afectam todos da mesma forma: os jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos têm dez vezes mais possibilidade de morrer assassinado que outros grupos (Santacruz Giralt, 2005: 353). Em segundo lugar, não nos fala de outros tipos de crime ou actos violentos, invisibilizados, como por exemplo, a violência sexual. Não existem números sobre vítimas de violência sexual em San Salvador mas estima-se que sejam extremamente elevados, segundo estudos qualitativos já elaborados (Hume, 2007), uma parte significativa das jovens e mulheres já foram vítimas de violação, normalmente por parte de membros da própria família. Em terceiro lugar, apesar de se manter um nível elevado de homicídios, este facto é normalmente descurado quando se

procura atribuir os mesmos a apenas crimes cometidos por e entre membros das pandilhas.

É necessário, por isso, analisar melhor estes grupos enquanto construção real e imaginada da sociedade e do poder político e económico, de forma a entender como permanência da violência é legitimada e promovida por lógicas de guerra escondidas em pela construção social das maras¹³ como violência criminal e como problema social e económico. As condições estruturais não são suficientes para produzir este fenómeno, existe uma política activa e condições institucionais específicas de construção da violência e da insegurança, através da manipulação do conhecimento e da acção em relação às pandilhas.

4. A violência permanente: lógicas de guerra na gestão da violência pós-guerra

As maras¹⁴ e pandilhas transnacionais são produto da exportação de incapacidade de inclusão social dos imigrantes e seus descendentes nas cidades dos EUA¹⁵, através das deportações maciças, dos vazios governamentais que geram a possibilidade de criação de outros actores dominantes (Kruijt e Koonings, 1999: 12) nos países da América Central e de um projecto de paz violento que garante a continuação da guerra por outros meios. Não significa que as maras ou pandilhas em El Salvador sejam um produto directo da guerra mas são, sim, das condições estruturais deixadas pela mesma e das lógicas de exclusão que existiam já antes da guerra. Estes grupos de jovens, tatuados, com gestos e

códigos estranhos, com hábitos distintos e que travam entre si uma luta sem fim são o rosto visível de uma guerra de pobres contra pobres, em que são vítimas e carrascos, mantida pelo projecto de paz violento, de despolitização da violência e da desesperança. Não pretendo analisar aprofundadamente as múltiplas causas do fenómeno da violência *pandillera*. Pretendo aqui destacar como as próprias políticas governamentais levaram a que os jovens em geral se tornassem os inimigos a abater, adoptando lógicas de guerra que se traduzem em dois tipos de controlo dos jovens pobres: a repressão e a sedução - tal como durante a guerra, materializadas em duas políticas concretas: Plano *Mano Dura* e Plano *Mano Amiga*.

4.1. A repressão

O fim da guerra significou para a maioria dos salvadorenhos o aumento da insegurança real e imaginada, a disseminação da ameaça e do inimigo na forma do “marero”, que já antes tinha existido na forma de “indígena” ou do “guerrilheiro comunista” (Martel, 2006: 958), aqueles considerados indesejáveis pelas elites. Apesar do fenómeno das pandilhas ser anterior à guerra, existindo já desde os anos 80, é nos anos 90 que esta realidade se torna mais visível e começa a transformar-se (ver nota 15). Ao mesmo tempo, surgem também grupos dedicados ao seu extermínio, como o conhecido como Sombra Negra, tal como antes existiam os esquadrões da morte para eliminar os indesejados “comunistas”. A lógica da polarização política deixada pela guerra, os desentendimentos inter-geracionais e a manipulação política e mediática deste

fenómeno levaram a uma progressiva desumanização destes grupos¹⁶ e a uma cada vez maior dificuldade de resolução do problema da violência.

Em 2003 foi aprovada a lei *Antimaras*, à semelhança das leis aprovadas em outros países da América Central. Esta lei visava criminalizar a pertença a *maras*, ou seja, o simples facto de se ser pandilheiro passou a ser motivo do crime de agrupamentos ilícitos. Esta lei agravou ainda os crimes para os indivíduos pertencentes a *maras* e diminuía cada vez mais a idade penal para estes casos, imputáveis a partir dos 12 anos (Carranza, 2005).

Esta lei seria posta em prática através do Plano Mano Dura (2003) e Super Mano Dura (2004). Este último inclui a participação activa de militares no âmbito da segurança pública. Na realidade, todos os jovens pobres e de comunidades marginalizadas passaram a ser alvo de assédio policial, com bastantes casos de maus-tratos, e o simples facto de usar tatuagem dava direito a prisão para investigação. Ao mesmo tempo, estas políticas eram altamente publicitadas numa imprensa sensacionalista e que caracteriza cada vez mais os pandilheiros como a escória da sociedade, atribuindo-lhes a maioria dos actos violentos, antes mesmo de qualquer investigação.

Esta função das *maras* como bode expiatório de uma sociedade onde actuam muitos outros actores violentos, colectivos e individuais, acaba por ter como função e resultado esconder outros tipos de violência já que a insegurança e

criminalidade começaram ser a maior preocupação dos salvadorenhos, antes mesmo do desemprego (PNUD, 2003). Desta forma, as medidas populistas da Mano Dura acabaram por receber uma forte aprovação social, apesar do seu insucesso em conter a violência. Na realidade, eram mesmo uma forma de controlo e manipulação da sociedade e de possíveis lutas políticas e colectivas através do medo e da insegurança, favorecendo o florescimento de negócios associados, como as empresas privadas de segurança.

Este tipo de políticas faz parte do que chamámos um projecto de paz violento que tende a securitizar os jovens pobres de países periféricos, despolitizando a violência e procurando acima de tudo controlar ameaças, e que seria a expressão global do que Briceño-León e Zubillaga chamam a criação de um actor “the young man from a marginal neighbourhood” (2002: 28). Para estas políticas, os/as jovens apenas são visíveis como grupos específicos, e não como espelho da sociedade e das políticas discriminatórias do Estado, ou como ameaça, enquanto potenciais candidatos à emigração, enquanto agitadores e criminosos, consumidores e vendedores de droga, prostitutas e portadores de HIV/SIDA. Mas não se analisam necessariamente as formas infra-sociais da violência em relação às quais os jovens são tanto vítimas como agressores, nem as condições estruturais que marginalizam os jovens no acesso ao emprego e à capacidade de reivindicação política.

A ideologia e o financiamento destas políticas de repressão provêm do mesmo lugar do mundo que antes financiava a guerra e os massacres de população civil em El Salvador: os EUA. Para as administrações norte-americanas as *maras* transnacionais são equiparadas ao crime organizado e as estratégias de combate passam pela militarização das respostas.¹⁷

Os resultados não poderiam ser piores. O encarceramento da maior parte dos pandilheiros levou a um reforço da sua estrutura e à modificação dos tipos de actuação. Se antes a violência se exercia sobretudo entre pandilhas e a sobrevivência era garantida pelos roubos e venda de droga, as novas formas de sobrevivência, como o sequestro, a extorsão - que muitas vezes acaba em homicídio, se a vítima recusa pagar - e *sicariato*¹⁸ são mais violentas e afectam mais grupos sociais (Savenije, 2009). Ao mesmo tempo, algumas clicas¹⁹ ou indivíduos foram cooptados por redes de crime organizado (tráfico de droga, armas, etc.) que promovem directa ou indirectamente o uso da violência como forma de controlo de territórios e aquisição de recursos e as tornam mais secretas. A transnacionalidade da economia de apoio e a progressiva associação ao tráfico de drogas levaram a uma estrutura violenta incrustada, foram criando ainda mais resistência ao não uso da violência.

Ao mesmo tempo, os membros que estão livres estão cada vez mais escondidos e socialmente isolados, as tatuagens tendem a desaparecer e supostamente já não se incorporam mulheres para que estas continuem a cumprir funções

dissimuladas. Ao mesmo tempo, aumentou a desconfiança em relação à polícia, as crianças e as famílias que viram as suas casas destruídas, os seus filhos e muitas vezes eles próprios maltratados, acabam por admirar e apoiar ainda mais as pandilhas devido à actuação da polícia e do exército. Pela forma como são tratados, os próprios pandilheiros assumem uma cultura de guerra: falam da diferença entre eles e civis, assumem cada vez mais a polícia como um inimigo, não tanto para atacar, mas mais como defesa, o que prova que a imagem de gangs fortemente armados e querendo controlar o país não será assim tão acertada.

4.2. A sedução

As políticas Mano Amiga e Mano Extendida surgem paralelamente à política de Mano Dura de forma a suavizar a imagem repressiva das autoridades. Estes programas baseiam-se em dois princípios: prevenção da violência em comunidades mais afectadas e reabilitação de pandilheiros. Ora, para trabalhar nestes dois campos haveria que analisar as motivações dos jovens para aderir a estruturas violentas e conseguir dar respostas adequadas.

Sabemos que as motivações e a mobilização para a violência colectiva pelos jovens estão intimamente relacionadas com reacções a outros tipos de violência,²⁰ como a exclusão social ou a violência intra-familiar²¹ e, ainda a violência vivida em âmbito prisional. Entre as motivações estão o acesso a recursos; a procura de estatuto e identidade; a garantia de alcançar algum

respeito e poder, muitas vezes ligado por acesso a armas e sexo; a possibilidade de ter uma nova família e amizades; a garantia de segurança: o grupo fornece protecção e apoio face a grupos rivais.

Fundamentalmente, as análises sobre violência colectiva juvenil dividem-se entre uma linha de análise que privilegia como causa a anomia social e a desestruturação do tecido social e as que apontam sobretudo para as causas económicas da violência. Estes grupos armados criam uma ilusão de igualdade e de esbatimento das hierarquias, tal como apontado por Richards (1996) em relação à mobilização de jovens para os conflitos na Serra Leoa. Os gangs surgem então como novos modelos de inserção social e coesão comunitária. Nestes contextos, a violência transforma-se numa estratégia organizada de sobrevivência de grupos de jovens. Assim, as explicações para o recurso à violência pelos jovens remetem-nos para uma confluência de factores de ordem estrutural (abandono escolar, desemprego, migrações, urbanização sem planeamento) e de ordem individual ou comportamental (desejo de pertença, necessidade de inclusão e identificação, prazer retirado da violência). Embora cada uma destas explicações possa ser útil, a sua utilização única e sem uma perspectiva relacional pode induzir em erro a compreensão sobre as motivações dos jovens para a utilização da violência.

Em El Salvador, são poucos os pandilheiros que afirmam ingressar a uma pandilha como forma de conseguir recursos. As razões mais apontadas são *el vacil*²² e os

problemas familiares ou falta de compreensão (Santacruz Giralt e Concha-Estaman, 2001: 60). Estes dados mostram que o principal atractivo das pandilhas não é, como em outros casos, a obtenção de lucros através de uma estrutura criminal e actividades ilícitas, apesar de os delitos serem parte da actividade da pandilha e ainda mais com a progressiva criminalização que antes vimos.

Estes programas de prevenção e reabilitação sofrem de três grandes lacunas. A primeira é a falta de vontade política: estes programas não foram alvo da mesma vontade política que continuava a sobrelotar as prisões de El Salvador, acabando por se constituir em simulacro de boa vontade, apesar de esta ser real ao nível dos técnicos. Em alguns casos, pandilheiros que participavam em programas podiam ser detidos durante a execução dos mesmos, provocando grande desconfiança em relação aos mesmos.

A segunda lacuna diz respeito à análise das causas da violência de forma compartimentada, ou seja, a importância dada à prevenção primária em relação à reabilitação e ao diálogo com líderes menos criminalizados. Não sabemos se, na realidade, o facto de se participar em programas de prevenção elimina a possibilidade de atracção pelas pandilhas, esta pode ser simultânea. Além disso, se as pandilhas continuam a ser a estrutura mais próxima dos jovens nas comunidades, é normal que estes continuem a integrar-se. A sedução dos programas de prevenção não elimina, assim, a sedução das pandilhas, se estas não forem integradas nos esforços.

A terceira lacuna consiste na noção de que a violência das pandilhas pode ser diminuída sem um projecto político integral que combata os problemas dos jovens mas que lhes confira um grau de liberdade difícil de conseguir numa sociedade conservadora e dominada pela noção de pecado como as salvadorenha. Os programas de prevenção não deveriam basear-se na realização de eventos desportivos e culturais desgarrados; a reabilitação, a formação profissional e a criação de empregos não podem ser vistos como algo que um projecto para 20 jovens em milhares pode resolver, nem a criação de micro-empresas como a solução para um Estado que não promove o emprego.

A despolitização e demissão do Estado de uma abordagem que inclua educação, emprego, diversão favorece uma abordagem em que o controlo social e o exercício da autoridade se transformam em continuidades entre as relações de dominação e justificação da violência entre Estado e cidadãos, entre homens e mulheres, entre velhos e jovens (Hume, 2004). Enquanto as várias escalas do poder não forem questionadas, permanecerá a polarização entre vítimas e carrascos e a incapacidade de ir para além da criminalização da pobreza e da juventude. Os jovens continuarão a buscar formas de escapar a este controlo ao mesmo tempo reproduzindo entre eles e face à sociedade os esquemas de relação autoritário e violento.

5. Conclusão: uma introdução aos percursos da violência

Os percursos que a violência pode assumir entre períodos de guerra e de pós-guerra dependem da manutenção de causas de mobilização violenta em contextos onde a violência colectiva com fins políticos se desvaneceu. No entanto, as condições estruturais da violência não são suficientes para explicar as novas formas de violência directa. Há que analisar como, contrariamente ao que se tornou a perspectiva dominante de análise, a reprodução da violência, ainda que em outras escalas e através de diferentes actores, pode também ser atribuída à incapacidade ou falta de vontade em aprofundar as políticas de reconstrução pós-guerra. Por outro lado, interessa analisar como políticas concretas de “combate” à violência se transformam em políticas de construção material e simbólica da violência e da insegurança. Através destas políticas “de paz” a violência política é dissimulada e apersentada como política de controlo da violência “criminal” e “social”, como se a política e as suas instituições não estivessem na base desta violência.

Referências bibliográficas

- Anderson, M. B. (1999), *Do No Harm: How Can Aid Support Peace - Or War*, Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Beristain, C. et al. (1999), *Reconstruir el tejido social. Un enfoque crítico de la ayuda humanitaria*, Barcelona: Icaria.
- Blanco Reyes, S. e Díaz Rodríguez, F. (2007), *Deficiencias policiales, fiscales o judiciales en la investigación y juzgamiento causantes de impunidad. Informe final*, San Salvador: PNUD.
- Bourdieu, P. (2001), *Masculine Domination*. Stanford, CA: Stanford, University Press.
- Bourgois, P. (2001), "The Power of Violence in War and Peace: Post-Cold War Lessons from El Salvador", *Ethnography* 2 (1): 5-34.
- Briceño-León, R. e Zubillaga, V. (2002), "Violence and globalization in Latin America", *Current Sociology*, January 2002, Vol. 50(1): 19-37.
- Carranza, M. (2005), "Detenção ou morte: aonde os garotos "pandilleros" de El Salvador estão indo", COAV, disponível em <http://www.coav.org.br/publique/media/elsalvadorport.pdf>
- Collier, P. et al (2003), *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*, Washington: World Bank: Oxford University Press.
- Comisión de Derechos Humanos de El Salvador (2005), *Informe 2005* (não publicado).
- Cruz, J.M. (2005), "El autoritarismo en la posguerra: un estudio de las actitudes de los salvadoreños", in Portillo, Nelson; Gaborit, Mauricio y Cruz, José Miguel (eds.) *Psicología social de la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*, UCA Editores: San Salvador.
- Cruz, M.e González, L. (1997), "Magnitud de la violencia en El Salvador", *ECA* 588, Universidad Centroamericana.
- Doyle, M., N. Sambanis (2000), "International Peacebuilding: A Theoretical and Quantitative Analysis", *American Political Science Review* 94: 779 - 801.
- Duffield, M. (2001), *Global governance and the new wars, the merging of development and security*, London and New York: Zed Books.
- Fitzpatrick Behrens, S. (2009), "Le Plan Mexico et les migrations en Amérique centrale", 23 de Fevereiro, disponível em <http://risal.collectifs.net/spip.php?article2468>
- Hume, M. (2008), "The myths of Violence: Gender, Conflict, and Community in El Salvador", *Latin American Perspectives*, 162, Vo. 35 (5): 59-76.
- Hume, M. (2007), '(Young) Men With Big Guns ': Reflexive Encounters with Violence and Youth in El Salvador, *Bulletin of Latin American Research*, 26 (4) pp. 480-496
- Hume, M. (2004), *Armed violence and poverty in El Salvador*, CISS, University of Bradford.
- Kruijt, D., Koonings, K. (1999). Introduction: Violence and fear in Latin America. In Kruijt, D., Koonings, K. (eds.) *Fractured Cities. Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. London: Zed Books. Pp. 138-141
- Liebel, M. (2002), Pandillas y maras: señas de identidad, *Revista Envío*, 244,

disponível em <http://www.envio.org.ni/articulo/1161>, consultado em 8 de Maio de 2007.

- Luciak, I. (1999), Gender Equality in the Salvadoran Transition, *Latin American Perspectives*, 105 - 26(2): 43-67.
- Martel, R. (2006) “Las maras salvadoreñas: nuevas formas de espanto y control social”, *Estudios Centroamericanos*, 61 (696).pp 957-978
- Marten, K. (2006), “Warlordism in Comparative Perspective”, *International Security*, 31 (3): 41-73.
- Martín-Baró, I. (1998), *Psicología de la liberación*, edición, introducción y notas de Amalio Blanco, Madrid: Editorial Trotta.
- Moser, C. e Rogers, D. (2005), “Change, Violence and Insecurity in Non-Conflict Situations”, Working Paper 245, London: Overseas Development Institute
- Moura, T. (2007), *Rostos invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Moura, T. (2004), “Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos”, *Oficina do CES 214*, Centro de Estudos Sociais: Coimbra.
- Paris, R. (2004), *At War's End, Building Peace after Civil Conflict*, New York: Cambridge University Press.
- Paris, R. (2002), “International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’” *Review of International Studies* 28: 637-656.
- Pearce, J. (1998), “From civil war to ‘civil society’: has the end of the Cold War brought peace to Central America?” *International Affairs* 74 (3): 587-615.
- PNUD (2003), *Armas de fogo y violencia*, disponível em www.violenciaelsalvador.org.sv consultado em 20 de Abril de 2007.
- Pureza, J.M., T. Moura (2004), “O regresso da paz negativa?”, *Revista de História das Ideias* 25: 157-168.
- Pureza, J.M.e Moura, T. (2005), “Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum”, *Revista Portuguesa de História*, XXXVII
- Revelli, P. (2004) Por trás da violência das gangues de San Salvador, *Le monde Diplomatique*, Março, versão brasileira.
- Richards, P. (2005), *No Peace, No War: Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*. Oxford: James Currey and Athens: Ohio University Press.
- Richards, P. (1996), *Fighting for the rain forest: war, youth and resources in Sierra Leone*. Oxford: International African Institute: James Currey; Portsmouth: Heinemann.
- Santacruz Giralt, M. (2005) “La solideriedad violenta de las pandillas callejeras: el caso de El Salvador” in Portillo, Nelson; Gaborit, Mauricio y Cruz, José Miguel (eds.) *Psicología social de la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*, UCA Editores: San Salvador.
- Santacruz Giralt, M. e Concha-Eastman, A. (2001), *Barrio adentro: La solidaridad violenta de las pandillas*. San Salvador: IUDOP e OPS.
- Savenije, W. (2009), *Maras y Barras. Pandillas y violencia juvenil en los barrios marginales de Centroamérica*, Universitetit Utrchet/Facultada Latinoamericana de Ciencias Sociales: San Salvador.
- Scheper-Hughes, N. (1992), *Death without Weeping: the Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley: University of California Press.

- Scheper-Hughes, N., P. Bourgois (2004), *Violence in war and peace, an anthology*, Malden: Blackwell Publishing.
- Smutt, M. e Miranda, L. (1998), *El fenómeno de las pandillas en El Salvador*. UNICEF-FLACSO: San Salvador.
- Wolf, S. (2008) *The politics of gang control. NGO advocacy in post-war El Salvador*, Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy, University of Wales, Aberystwyth
- Woodward, S. (2004) *The State Failure Agenda: from Sovereignty to Development*, Paper prepared for the La Caixa Foundation and Ford Foundation conference on “Peace and Development: New Challenges, New Responses”, Madrid, Spain, October 21.

Diário de Hoy, 17 de Júlio 2009, p. 34

¹ Gangs constituídos por jovens de zonas pobres muitos deles com origem na emigração salvadorenha nos EUA, sobretudo Los Angeles, sendo as mais conhecidas a Mara ou Barrio 18 e a Mara Salvatrucha. Com o fim da guerra, começaram a ser repatriados para El Salvador pelo Governo dos EUA. Estima-se que existam cerca de 16 mil membros destes grupos em El Salvador e cerca de 100 mil no México, América Central e Panamá (Diário de Hoy, 17 de Júlio 2009, p. 34).

² “a long term struggle organised for political ends, commonly but not always using violence”.

³ “Concentrações de grande intensidade de violências em territórios muito limitados ou micro territórios (bairros, comunidades urbanas, zonas suburbanas) dentro de um contexto de paz aparente, institucionalizada e formal” (Moura, 2004: 6).

⁴ “Para perceber como a dominação opera ao nível o íntimo/privado através do não reconhecimento das estruturas de poder por parte do dominado que participa na sua própria opressão cada vez que entende e julga a ordem social através de categorias que a fazem parecer natural” (Bourgois, 2001:3).

⁵ “Una catástrofe implica un suceso negativo (...) ocasionando un gran número de víctimas y una desorganización social importante. Esta destrucción trae otras consecuencias que perduran en el tiempo.”

⁶ “Peacebuilding missions are not merely exercises in conflict management, but instances of a much larger phenomenon: the globalisation of a particular model of domestic governance—liberal market democracy—from the core to the periphery of the international system.”

⁷ Alguns aspectos importantes das recomendações da Comissão de Verdade e Reconciliação Nacional nunca foram cumpridos: estabelecer um Fórum de Verdade e Reconciliação, erguer um monumento nacional às vítimas, um dia nacional em memória das vítimas e o julgamento dos responsáveis por violações de direitos humanos (CDHES, 2005).

⁸ “The disintegration of social networks has further reinforced the existing fragmentation and political and socio-economic polarisation of society, and public spaces for collective action have been reduced. Communities' capacity to deal with conflict is limited and violence has become part of everyday neighbourhood interaction.”

⁹ A este propósito ver o estudo de Cruz, José Miguel (2005), “El autoritarismo en la posguerra: un estudio de las actitudes de los salvadoreños”, in Portillo, Nelson; Gaborit, Mauricio y Cruz, José Miguel, *Psicología social de la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*, UCA Editores: San Salvador.

¹⁰ Ao ser consultada, 36.4% da população vê mais fracassos que sucesso depois dos Acordos de Paz, 33% vê mais sucessos que fracassos e 20.2% um igual número de fracassos e de sucessos (CDHES, 2005).

¹¹ Apenas 14.21 % ou 18.95 % (conforme a fonte) dos homicídios registados ingressa ao sistema judicial devido à falta de ou deficiente investigação (Blanco e Díaz, 2007).

¹² O expoente da violência directa em El Salvador ocorreu entre 1990 e 1995, após a assinatura dos acordos de paz: El Salvador testemunhou um aumento da taxa de homicídios de 79 para 139 homicídios por cada 100 mil habitantes (Briceño-León, 2002: 13). Actualmente a taxa situa-se nos 55.5 por 100 mil habitantes, valor superior ao da Colômbia (37) ainda com uma guerra civil e graves problemas de narcotráfico (CDHES, 2005).

¹³ Segundo Cruz (2003) cit in Santacruz (2005: 353-354) as características do que se chama pandilhas *callejeras* (da rua), para as diferenciar das pandilhas estudantis, são: a) reforço de fortes vínculos de solidariedade e companheirismo entre os membros; b) usar a violência como forma de relação e resolução de conflitos tanto dentro do grupo como para fora; c) as rivalidades entre as pandilhas; d) usar certos códigos de comunicação particulares; e) a aceitação por parte dos pares de certas formas de comunicação e interação; e sobretudo f) constituir-se como um dos grupos com maior risco de sofrer e/u cometer actos de violência.

¹⁴ A palavra *mara* significa “grupo de amigos” ou “grupo de pessoas”.

¹⁵ O Barrio 18 e a Mara Salvatrucha surgiram em meados dos anos 80 nos EUA e não eram rivais até 1990, quando o conflito entre estas começou. Em El Salvador existiam já nos anos 80 várias pandilhas locais que se juntavam para diversão e mantinham algumas rivalidades entre si, mas que são consideradas pelas actuais pandilhas como algo infantil e não tão sério, a maioria desapareceu u foi assimilada pela 18 e MS (Savenije, 2009).

¹⁶ Wolf (2008) analisa os processos narrativos a partir dos quais a imprensa dominante promoveu a estigmatização deste grupos através da caracterização da violência cometida ou não por pandilheiros, nomeadamente através da associação dos seus actos a uma cultura satânica e apontando para a “irracionalidade” dos seus actos.

¹⁷ O facto de que a administração Bush tivesse como preocupações fundamentais para a América Central o tráfico de droga e os “gangs internacionais” levou à realização de vários acordos de cooperação em matéria de segurança de que El Salvador foi o melhor aluno com a implementação da Manu Dura. Em 2007 surge a iniciativa Mérida, que constitui um projecto Manu Dura de larga escala, e que se baseia na transferência de armas e treino as polícias e exércitos de México e América Central, estimulando a repressão e as violações de direitos humanos (Fitzpatrick Behrens, 2009).

¹⁸ Membros de pandilhas são muitas vezes pagos para cometer homicídios ou outros tipos de crime por pessoas “civis” incluindo empresários e políticos, para ajustes de contas.

¹⁹ Subdivisão da pandilha. A pandilha é constituída por várias clicas que se formam ao nível do bairro ou da comunidade em que vivem.

²⁰ Vários estudos procuram já aferir as motivações dos jovens em El Salvador para participar de gangs nomeadamente Smutt e Miranda (1998), Santacruz Giralt e Concha-Eastman (2001); Carranza (2005).

²¹ 80.5% dos pandilheiros foi maltratado em criança e quase metade testemunhou em casa maus tratos a mulheres e crianças (Liebel, 2002).

²² A diversão ou passar tempo com os amigos.